

## Fase Histórica

- Saint-Just
  - (sec. XVIII – Revolução Francesa)
  - “A ideia de felicidade é algo de novo na Europa”
- O eterno assume qualidades e intensidades diferentes em cada fase histórica
- Acontecerá isso com a fraude?



Nós hoje assumimos como uma constatação banal de que a Economia seja uma ciência social, aliás com muito impacto social, pela influência sobre a maneira de pensar das pessoas e das instituições. Contudo esta constatação trivial não o foi sempre. Foi preciso, previamente, que as comunidades assumissem que poderiam ser donas do seu destino, que o seu quotidiano e, sobretudo, o seu futuro, não seria uma dádiva, ou castigo, divina ou do monarca.

Por isso há uma pequena conversa transcrita por (Denis [sd], 180), citando Weulersse, que é paradigmática por captar um momento de ruptura:

“Queixando-se um dia o delfim de França ao médico do rei de que seria difícil de desempenhar o encargo real, Quesnay respondeu-lhe que não achava. «Que faríeis então se fosseis rei?», replica o delfim. «Senhor», diz Quesnay, «não faria nada.»”

Seja pela sua formação de médico, seja porque era uma ideia que começava a ser dominante entre as pessoas cultas, seja por ambas. Quesnay considerava que havia «leis naturais» que regiam o funcionamento da economia (que ele considerava ter uma autonomia maior que outras actividades sociais), como o demonstra eloquentemente na sua obra Quadro Económico.

Desde os filósofos gregos, para falarmos apenas na nossa civilização, porque os sinais são bem mais remotos na cultura chinesa, que os temas de economia eram tratados, mas só depois desta «laicização» da sociedade, esta afirmação da «sociedade civil» estavam criadas as condições para o despontar de um tratamento sistemático, descritivo e interpretativo segundo uma metodologia científica, das actividades de produção, de troca, de repartição do

rendimento. E a essas novas condições corresponde um tratamento mais sistemático, uma abordagem mais frequente, uma maior influência na sociedade. A referida «laicização» permitiu a frequência da abordagem, a sistematização e coerência das análises e a autonomização da Economia como uma ciência.

Depois deste preambulo sobre uma problemática eventual mais nossa conhecida retomemos a afirmação de Saint-Juste. Ninguém duvidará que desde os primórdios da humanidade houve pessoas que, à luz do conceito como hoje o entendemos, e que está longe de ser unânime e simples, foram felizes. A felicidade não nasce, na nossa cultura, com a Revolução Francesa, mas a afirmação significa que os homens assumem como sua prerrogativa a possibilidade de serem felizes. O seu futuro está nas suas mãos.

Como recorda Hirschman (1986)

“Na época, com efeito, é inteiramente novo pensar que a felicidade possa ser engendrada mudando-se a ordem social, tarefa em que Saint-Just e seus companheiros jacobinos irão se empenhar com tanta segurança” (12).

Kazantzaki (1963) reproduz a mesma ideia quando em *Liberdade ou Morte*, que relata a luta dos gregos contra a ocupação turca da ilha de Creta nos fins do século XIX, coloca a seguinte afirmação na boca do herói:

“A felicidade individual não existe para as pessoas como nós, fica-o sabendo. Só poderemos ser felizes se lutarmos pela felicidade de todos” (231).

Esta dimensão «da comunidade», esta pertença colectiva, não nega o individual mas acrescenta-lhe vastidão, dimensão histórica.

Espero que estas considerações nos permitam concluir que o eterno assume qualidades e intensidades diferentes em cada fase histórica. Estamos, assim, em condições para perguntar se a fraude também esta dimensão da comunidade numa determinada fase histórica. Por outras palavras, permite-nos metaforicamente interrogarmo-nos sobre a eventual periodização da fraude como uma realidade específica.

Algumas considerações aparentemente favoráveis à consagração das afirmações triviais que descansam as nossas almas como «a fraude sempre existiu», ou «faz parte da natureza humana». Não sem tecer sobre elas algumas considerações críticas.

1. Há muitos trabalhos sobre a fraude que começam com um enquadramento histórico e repetindo o que já foi repetido, concluem, por exemplo que é preciso regressar aos anos 2318-2311 a.c., à Mesopotâmia, para encontrar a primeira política soberana contra a corrupção. E a partir daí a lista é imensa, sobretudo em torno da «corrupção», chegando-se mesmo a «explicar» a queda do Império Romano pela corrupção que a minou (imagem simplória que continuamos a ouvir aplicada nos dias de hoje. Até nos livros do Asterix se revelam astúcias para descobrir os corruptos.

Não negando que estas afirmações reflectem alguns aspectos do passado há que atender a três deficiências: (a) O termo corrupção entrou no léxico há muito tempo, mas não podemos atribuir, em todas as circunstâncias o mesmo significado. O significado primeiro é “deterioração”, “decomposição física” e é nesse sentido que foi utilizado, sendo abusivo utilizar essa palavra com o significado que correntemente lhe é dado. (b) Podemos admitir que o significado actualmente atribuído a corrupção (e mesmo assim com um significado muito ambíguo, quer porque «corrupção» tende frequentemente a ser atribuída a toda e qualquer vigarice, e mesmo em termos técnicos é aplicável a múltiplas situações e instituições mas, quando sem adjectivação tende a aplicar-se aos indivíduos que preenchem os órgãos do Estado) resulta da maior frequência das situações e uma percepção mais clara das populações e tal é relativamente recente. (c) a leitura de cada uma das sociedades tem que ser antropológica, isto é, colocarmos no espaço, no tempo, na cultura, na forma de funcionamento de cada uma das entidades para percebermos o que significava, objectiva e subjectivamente, o que hoje designamos por corrupção, não se podendo exteriormente, a partir de hoje, da nossa cultura e dos problemas fazer uma leitura dos outros.

2. Há obras com séculos que analisam comportamentos que poderão ser identificados como fraudulentos, o que mostra que eras acontecimentos já com alguma relevância. Um caso paradigmático é *Arte de Furtar* (Costa 1991), publicado inicialmente no séc. XVII. É certo que furtar não é fazer fraude mas alguns desses furtos caem nessa categoria: “e só os ministros engordaõ porque se pagão por sua mãõ” (83).

Contudo, mais uma vez temos que ver esses factos à luz da época. Como se diz no livro “a arte de furtar he ciência verdadeira” (61) e “he muito nobre” (64) e susceptível de benevolência social: “tal he a arte de furtar, que toda se occupa em despir huns para vestir outros” (59/60).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Um projecto que há muito nos desafia seria o levantamento das situações referentes à fraude (directa ou indirectamente) na literatura portuguesa ao longo dos séculos e, sobretudo, após a Revolução Liberal

Atendendo a estes factos e admitindo, como teremos oportunidade de referir, que a natureza do capitalismo, cujo nascimento categórico se situa na Revolução Industrial, diferencia-se suficientemente das formações sociais anteriores (pela importância do económico no conjunto das práticas sociais, pelo inter-relacionamento que a divisão social do trabalho proporciona e exige, pelo papel central das empresas e da sua muito maior dimensão, organização e impacto, entre outros aspectos) poderemos admitir a seguinte hipótese: mesmo que as fraudes também tenham existido em formações sociais anteriores ao capitalismo assumem aqui uma importância muito maior, eventualmente pela sua frequência absoluta mais elevada (porque também aumenta em muito o número de operações económicas susceptíveis de fraude) e pelos impactos que certamente terão no conjunto da sociedade.

Partindo desta hipótese centremos a nossa atenção em acontecimentos mais recentes.

Sabemos que as máfias italianas têm raízes antigas. Frequentemente remete-se o nascimento da *Cosa Nostra* para a primeira metade do século XIX. As suas actividades nos EUA na primeira metade do século XX tornaram-nas universalmente conhecidas. E é certo que uma parte da sua actividade criminosa tem também a ver com a fraude. A tal ponto que se atribui frequentemente o termo “lavagem de dinheiro” a comportamentos do grupo comandado por Al Capone.

Um defraudador foi tão engenhoso, aplicou uma técnica de tal maneira operacional, que ainda hoje é dado o seu nome a muitas fraudes em pirâmide. Estamos a falar de Charles Ponzi, que actudou nos anos 20 do século passado.

Também é nas décadas de 30/40 do século passado que se toma conhecimento de muitas fraudes e que, de uma forma rigorosamente científica Sutherland<sup>2</sup> alerta para a importância das fraudes cometidas pelas empresas, tomando uma amostra dos EUA. Aliás, é nesse período que Roosevelt, presidente dos EUA e defensor de uma política que hoje designaríamos de keynesiana, enuncia uma das frases mais duras contra o capitalismo: "Agora sabemos que é tão perigoso ser governado pelo dinheiro organizado como pelas máfias organizadas" (frase proferida em 1936).

É em 1953 que Cressey publicou o livro *Other people's money: A study in the social psychology of embezzlement* que hoje é um clássico da criminologia: os seus conceitos, nomeadamente o

---

de 1820. Contudo, o nosso desconhecimento de investigadores que pudessem estar interessados nesta temática ainda não nos permitiu avançar.

<sup>2</sup> Teremos oportunidade de falar mais sobre esta figura proeminente.

célebre Triângulo da Fraude, estão na base do estudo da fraude ocupacional e de muitas das políticas de detecção e prevenção.

Estes factos e provavelmente muitos outros decorridos nas décadas seguintes a que não fizemos alusão ou que nem sequer foram conhecidos, engrossando as cifras negras, parece poderem permitir afirmar que em capitalismo sempre existiram fraudes.

Vejamos, contudo alguns outros factos.

Quando se analisa as perturbações financeira da década de 80 do século passado constatamos que não estamos apenas perante um conjunto de operações económicas e o comportamento cíclico da economia, sobejamente conhecido desde o início do capitalismo<sup>3</sup>. Há uma vaga enorme de práticas contra o funcionamento “normal” da economia, há uma explosão de conflitos de interesse, há muitas violações da lei<sup>4</sup>.

O mesmo se poderá repetir para a crise designada do *subprime*, de que o Madoff é o símbolo do crime e da punição, mas em que muitos outros actores reconhecidos como defraudadores que ficaram na penumbra e que nem são símbolos do crime, e só deste. É impossível compreender a crise actual sem ter em conta a fraude sistémica que acompanhou o processo conducente à crise.

Algumas fraudes marcaram profundamente o sentimento dos cidadãos e contribuirão para uma maior atenção sobre o problema. Os casos da Waste Management (1998), Enron (2001), Worldcom (2002), Tyco (2002), Healthsouth (2003), Freddie Mac (2003), Parmalat (2005) American Insurance Group (2005), Lehman Brothers (2008), Bernie Madoff (2008), Saytan (2009)<sup>5</sup>. E a lista de nomes recentes é enorme (Kazutsugi Nami, Javier Martin-Artajo, Julien Grout, Kewku Adoboli, Kim Woo Choong, Salvatore Cacciola, Dennis Kozlowski, Jérôme Kerviel, para além do referido Madoff e de outros que não tiveram o mesmo foco dos órgãos de informação. Em todos os nossos países somos capazes, sem grande investigação fazer uma lista de defraudadores. E certamente que muitas empresas e muitos defraudadores ficaram de

---

<sup>3</sup> É preciso precisar que já antes do capitalismo havia crises, podendo-se fazer uma listagem de grandes crises em que morreram muitas pessoas de fome. Contudo a natureza das crises em capitalismo apresentam características diferentes. Antes resultavam sobretudo de factores exógenos (ex. situações climáticas que arrasaram a agricultura, então dominante), o que justifica que das primeiras tentativas de explicação das crises passava pela análise das explosões solares, depois tinham natureza endógena (ex. a falta de procura dos produtos, que não se vendiam, tinham a ver com o funcionamento da economia). Antes estava associado à falta de produção, depois à produção a mais em relação às capacidades de escoamento das mercadorias.

<sup>4</sup> Sobre isto ver Gayraud (2011).

<sup>5</sup> Uma parte desta listagem foi retirada da *Accounting degree review*, disponível em <http://www.accounting-degree.org/scandals/> (consultado em 8/7/2015)

fora, ora por pertencerem a países com menor impacto internacional, ora porque não assumiram tanto mediatismo, ora ainda porque nem foram descobertos.

Os estudos sobre a economia não registada intensificam-se a partir da década de 80 do século passado e muitos registos, sobretudo diacrónicos, mostram uma tendência para a subida.

Estes factos apontam para uma massificação das fraudes (em termos de frequência, dimensão e impactos) a partir da década de 80 do século passado. Simultaneamente é a partir de então que os estudos sobre estas temáticas assumem maior sistematicidade e forma-se um movimento de detecção e prevenção. A título de exemplo recorde-se que a Association of Certified Fraud Examiners (ACFE) constitui-se em 1988. Aumentam as fraudes, gera-se movimento de detecção e prevenção e este permite chamar a atenção para fraudes que existiam e nunca se tinham visto<sup>6</sup>.

Podemos então perguntar-nos: que aconteceu naqueles anos para podermos falar numa nova fase de ambiente defraudador?

Há quatro acontecimentos que podem contribuir para explicar esta mudança. Acontecimentos em parte autónomos e de natureza diferente, em parte inter-relacionados bilateral ou multilateralmente:

1. A difusão da microinformática (o primeiro microprocessador inserido nos circuitos comerciais data de 1971, mas é em 1981 que a IBM lança no mercados os computadores pessoais)
2. A política de Reagan e Thatcher (o primeiro foi presidente dos EUA entre 1981 e 1989 e a segunda foi primeiro-ministro do reino Unido de 1979 a 1990)
3. A financiarização da economia (aumento qualitativo da importância das actividades financeiras nas economias desenvolvidas e no mundo)
4. A queda do burro de Berlim (último episódio simbólico de um enfraquecimento progressivo dos países socialistas durante essa década)

Resta apenas analisarmos se é legítimo relacionar o aumento das fraudes nas últimas décadas com esses acontecimentos.

Deixamos este árduo trabalho a vós.

---

<sup>6</sup> Nesta dinâmica de percepção da fraude a investigação científica e o ensino universitário encontra-se muito atrasado, como o demonstram as disciplinas nas faculdades de Direito, Economia e Gestão e as publicações nas revistas científicas. Analisamos este problema em *Notes on the Epistemology of Fraud* (Pimenta and Afonso 2014).

## Bibliografia

- Costa, Padre Manuel da. 1991. *Arte de Furtar*. 1 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Denis, Henri. [sd]. *História do Pensamento Económico*. Translated by António B. Coelho. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gayraud, Jean-François. 2011. *La Grande Fraude. Crime, Subprimes et Crises Financières*. Paris: Odile Jacob.
- Hirschman, Albert O. 1986. *A Economia como Ciência Moral e Política*. Translated by Carlos N. Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Kazantzaki, Nikos. 1963. *Liberdade ou Morte*. Translated by Maria Franco. 2 ed. Lisboa: Estudos Cor. Original edition, 1957.
- Pimenta, Carlos, and Óscar Afonso. 2014. "Notes on the Epistemology of Fraud." In *Interdisciplinary Insights on Fraud*, edited by Aurora A. C. Teixeira, António Maia, José António Moreira and Carlos Pimenta, 8/32. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.